Pesquisas em Psicologia e Políticas Públicas

Diálogos na pós-graduação

Volume 1

Mariana Prioli Cordeiro
Maria Fernanda Aguilar Lara
Henrique Araujo Aragusuku
Rodolfo Luis Almeida Maia
(Organizadores)

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibido qualquer uso para fins comerciais.

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Pesquisas em psicologia e políticas públicas / organizado por Mariana Prioli Cordeiro... [et al.] . - São Paulo : IPUSP, 2019.

298 p. (Diálogos na Pós-Graduação, v.1)

ISBN: **978-85-86736-92-6**

DOI: **10.11606/9788586736926**

1. Psicologia social 2. Pesquisa científica. 3. Políticas públicas I. Título

HM 251

Capítulo 6

A Implementação do Programa Laços – Apadrinhamento Afetivo em SAICAs de Osasco

Andrielly Darcanchy de Toledo

Mariana Prioli Cordeiro

Introdução

A aprovação da Constituição Federal de 1988 trouxe importantes transformações para o campo das políticas sociais brasileiras. Entre outras coisas, determinou que o sistema de seguridade social do país passasse a ser composto pelo tripé assistência social, saúde e previdência social (Brasil, 1988). Seguindo as diretrizes propostas pela nova Constituição, em 1993, é aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que estabelece as diretrizes da política de assistência social, ao defini-la como direito do cidadão e dever do Estado (Brasil, 1993). A fim de transformar em ações diretas os pressupostos da LOAS e da Constituição de 1988, em 2004, é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que prevê o reordenamento da política em dois níveis de proteção social: básica e especial, sendo a proteção especial subdividida em dois graus de complexidade: média e alta. A partir da PNAS em 2005, tem início a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Alberto, Freire, Leite & Gouveia, 2014).

Uma das funções da proteção social especial é garantir a segurança de acolhida de usuários e famílias em situação de risco pessoal e social. Tal segurança é oferecida em casos em que há situação de abandono e isolamento, quando há necessidade de separação da família ou da parentela (motivada por situações de violência familiar ou social, drogadição, alcoolismo, criminalidade, entre outras) ou em situações de acidentes e desastres naturais. Seu objetivo central consiste em restaurar a autonomia, a capacidade de convívio e o protagonismo das(os) usuárias(os) por meio da oferta de condições materiais de abrigo, repouso, alimentação, higienização, vestuário e aquisições pessoais (Brasil, 2005).

A segurança de acolhida é ofertada em diferentes tipos de instituição (para crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, etc.), todos considerados parte da rede de proteção social especial de alta complexidade. Neste capítulo, enfocaremos o acolhimento

institucional de crianças e adolescentes. Mais especificamente, apresentaremos e discutiremos a experiência de implementação do Programa de Apadrinhamento Afetivo no município de Osasco, enfocando seus resultados, dificuldades e avanços. Com isso, o presente trabalho pretende contribuir com a circulação de relatos e reflexões entre os municípios que possuem programa semelhante. Além disso, também busca suprir uma lacuna na literatura acadêmica, uma vez que, em pesquisas realizadas em maio de 2019 em três bases de dados (Scientific Electronic Library Online - SciELO, Applied Social Sciences Index & Abstracts - ASSIA e Banco de Teses da Capes), encontramos apenas seis trabalhos que abordam diretamente o programa de apadrinhamento afetivo no Brasil. Em buscas no Google Acadêmico, foram encontrados mais textos, contudo, nenhum abordava a implementação da mesma maneira proposta neste artigo, a partir de um relato de experiência¹. Mas antes de apresentarmos – e discutirmos – a experiência propriamente dita, consideramos importante apresentar, ainda que de forma breve, algumas características importantes do acolhimento institucional no âmbito do SUAS, bem como a ideia central que embasa o programa de apadrinhamento afetivo.

1 Acolhimento Institucional e Apadrinhamento Afetivo

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014), existem duas modalidades de Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA): 1) abrigo institucional, que acolhe até 20 crianças e adolescentes, tendo profissionais que se revezam em plantões; e 2) casa-lar, que atende até 10 acolhidos, com uma pessoa ou casal como educador/cuidador residente. Já o apadrinhamento afetivo não é propriamente um serviço de acolhimento, nem está tipificado nas normativas do SUAS. Mas é uma iniciativa que vem ocorrendo em cada vez mais municípios, com o objetivo de lidar com alguns dos resultados do acolhimento institucional prolongado.

No entanto, a despeito de não ser oficialmente um serviço do SUAS, podemos dizer que esse programa constitui uma política pública, uma vez que envolve escolhas essenciais feitas pelo poder público que produzem materialidades e socialidades (Spink, 2018). Além disso, assim como toda política pública, é uma ação intencional, implica implementação, execução e avaliação, possui objetivos determinados e, apesar de produzir impactos no curto prazo, visa resultados continuados e no longo prazo (Brigagão, Nascimento & Spink, 2011). Um dos

¹ Vale destacar que o Instituto Fazendo História tem uma publicação própria que inspirou essa experiência, mas que contém muitas diferenças, pois é focada em propor etapas e atividades para possíveis implementações, mas não narra uma experiência com seus diversos resultados. Essa publicação é citada mais abaixo.

principais resultados almejados é a diminuição das sequelas de longos períodos de acolhimento institucional.

Apesar de o acolhimento institucional prolongado ser uma realidade em muitos municípios do país, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), essa medida protetiva deveria ser excepcional e provisória. Afinal, o ECA compreende que toda criança e adolescente está em uma condição peculiar, por encontrar-se ainda em desenvolvimento, sendo seu direito “ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (Art.19). Seguindo essas diretrizes, recentemente, o prazo máximo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes foi reduzido de dois anos (Lei 12.010/2009) para 18 meses (Lei 13.509/2017). Assim, quando uma criança ou adolescente é acolhido, é necessária uma reavaliação constante de sua situação, a fim de garantir que a institucionalização seja, de fato, excepcional e provisória.

Rachel Baptista e Maria Helena Zamora (2016) afirmam que a medida protetiva de acolhimento institucional atinge quase exclusivamente as classes pobres, o que, para as autoras, daria margem à associação enganosa da pobreza com uma possível incompetência em fornecer proteção e cuidados adequados às crianças. Irene Rizzini, Irma Rizzini, Luciene Naiff e Rachel Baptista (2007) entendem que, atualmente, “ressaltam-se as competências da família, mas, na prática, com frequência, cobra-se dos pais que deem conta de criar seus filhos, mesmo que faltem políticas públicas que assegurem as condições mínimas de vida digna” (p. 18). Na mesma direção, Maria Lívia Nascimento (2012) sustenta que há situações em que o acolhimento realmente ocorre como medida provisória, enquanto a família se reorganiza, contudo a “problematização se faz em torno do abrigamento como salvação. . . quando se destinam recursos apenas para o abrigamento e não para outras possibilidades” (p. 43).

Após o acolhimento, é intensificado o trabalho com suas famílias de origem e extensas (tios, avós etc.), visando o desacolhimento o mais breve possível. Somente depois de encerradas as possibilidades de retorno a essas famílias é que se considera a destituição do poder familiar, para futura colocação em família substituta inscrita no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)² (ECA, Art.101, §1º).

Contudo, devido a diversos fatores, os SAICAs atendem muitas crianças e adolescentes

² O antigo e mais conhecido Cadastro Nacional de Adoção, que esteve ativo desde 2008, foi substituído pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), em 2018, com o objetivo de aperfeiçoar a busca por pretendentes à adoção. Mais informações disponíveis em <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/cadastro-nacional-de-adoacao-cna>.

que legalmente poderiam ser adotados, mas permanecem acolhidos até a maioridade. Um dos fatores principais é a diferença já conhecida entre o perfil daqueles que podem ser adotados e o procurado pelos adotantes³.

Em pesquisa realizada no antigo Cadastro Nacional de Adoção (CNA) em julho de 2018, no país todo, havia quase 9 mil crianças/adolescentes aptos à adoção e mais de 44 mil pretendentes. Entretanto, aproximadamente 95% deles desejava crianças de até sete anos e somente 36% dos acolhidos estava nessa faixa etária. A isso se somam outros fatores, como o fato de aproximadamente 60% dos acolhidos terem irmãos e mais de 20% apresentarem doenças e/ou deficiências. Dessa forma, é expressivo o número de crianças e, principalmente, adolescentes que estão acolhidos há vários anos e hoje têm pouquíssimas chances de adoção, tendo como previsão o desacolhimento por maioridade.

Em nova pesquisa, realizada no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) em julho de 2019, foi possível acessar os dados da Vara da Infância e Juventude (VIJ) – Foro Central Cível, da capital de São Paulo. Nessa VIJ, constavam 193 crianças e adolescentes acolhidos, sendo que, naquele momento, 4 estavam aptas à adoção e todas tinham entre 9 e 18 anos. Na mesma VIJ, ao mesmo tempo, havia 203 pretendentes habilitados, aguardando para se tornarem pais há até 36 meses, contudo, nenhum aceitava crianças maiores de 10 anos.

O acolhimento institucional prolongado gera consequências bastante estudadas pela Psicologia. Aline Siqueira e Débora Dell'Aglio (2006) fizeram uma revisão bibliográfica sobre os impactos da institucionalização que mostrou convergência de muitos estudos ao apontarem dificuldades funcionais dos serviços de acolhimento (profissionais pouco capacitados e em número insuficiente, além de precariedades de diversas ordens) que resultavam em pouca efetividade da atuação da rede de garantia de direitos das crianças e adolescentes. As autoras afirmam, ainda, que o tempo de permanência em instituições pode ultrapassar dez anos, o que interfere na sociabilidade e na manutenção de vínculos na vida adulta.

Como uma medida excepcional, o acolhimento institucional carrega paradoxos que têm chamado cada vez mais atenção de profissionais e pesquisadores. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) foi criado em 2006 justamente para ressaltar a necessidade de combater algumas das dificuldades dessa medida. Maria Moreira (2014) afirma que a “medida de acolhimento institucional traz à tona as contradições entre o direito à convivência familiar e

³ Esses números são públicos e podem ser consultados no site do Conselho Nacional de Justiça (<http://www.cnj.jus.br>).

a supressão dessa convivência, como condição para restaurar esse mesmo direito à convivência”. Ou seja, observa-se que o próprio acolhimento promove a tão nociva ruptura de vínculos e limita o direito à convivência familiar de quem é acolhido em uma instituição.

Diante dessa contradição, o atual modelo de apadrinhamento afetivo surgiu com o objetivo maior de restaurar o direito à convivência familiar e comunitária dos acolhidos em instituições. Isso vem ocorrendo através da modificação de antigas práticas assistencialistas, criando maior comprometimento dos voluntários que desejem se aproximar dos SAICAs, por meio de relações individualizadas.

Cada programa de apadrinhamento afetivo estabelece suas próprias regras e há cidades que têm portarias municipais com as especificações do apadrinhamento naquela localidade – um exemplo disso é São Carlos/SP, com a Lei nº 18.032/2016. Mesmo com essa diversidade pelo país, tal ideia ganhou tanta notoriedade que os poderes judiciário e legislativo concentraram esforços para regulamentá-la e ampliar sua implementação.

Em 2014, a Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo publicou o Provimento nº 36/2014, regulamentando o apadrinhamento afetivo no estado (Jusbrasil, 2016). O Provimento tinha o objetivo de “criar e estimular a manutenção de vínculos afetivos, ampliando, assim, as oportunidades de convivência familiar e comunitária” (Art. 2º). No âmbito nacional, em 2017, a Lei Federal nº 13.509 incluiu no ECA o seguinte artigo:

Art. 19-B. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.

§ 1º O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro. . .

§ 4º O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva (Brasil, 2017).

A partir do texto da lei (Brasil, 2017) e da literatura consultada (Dantas, 2011; Oliveira, 2011; Leal, 2015; Nascimento & Malveira, 2017; Instituto Fazendo História, 2017), é possível observar que existem ao menos dois tipos de apadrinhamento: o afetivo, focado em estabelecer relações de convivência; e o financeiro, em que pessoas físicas ou jurídicas suprem diferentes necessidades materiais dos acolhidos.

Percebe-se que a lei não define a maneira exata como deve ser executado cada programa de apadrinhamento, nem quais critérios devem ser levados em conta para avaliar a qualidade da relação estabelecida; ela apenas determina que os acolhidos poderão participar de tais programas. Sendo assim, na maior parte das vezes, esse trabalho (de seleção, capacitação e

acompanhamento das relações) é realizado pelas próprias equipes técnicas dos serviços de acolhimento – as quais são compostas, necessariamente, por uma(um) assistente social e uma(um) psicóloga(o) (Brasil, 2006).

Recentemente, foram publicados os resultados de pesquisas que investigaram alguns programas de apadrinhamento com diferentes enfoques, métodos, referenciais teóricos e conclusões. Débora Nascimento e Jamille Malveira (2017), por exemplo, realizaram entrevistas com atores do judiciário e concluíram que um dos efeitos duradouros do programa seria “a inserção das crianças na sociedade” (Nascimento & Malveira, 2017, p. 50). Juliana Goulart e Simone Paludo (2014) analisaram a evolução de cinco edições de um programa de apadrinhamento. Para isso, entrevistam 25 afilhados e aplicaram questionários em seus respectivos padrinhos, com o intuito de identificar o significado da relação para os envolvidos. As pesquisadoras observaram que os afilhados relataram o apadrinhamento como possibilidade de afeto e cuidado fora do espaço institucional, enquanto que os padrinhos o enxergavam de maneira assistencialista, como forma de ajudar outras pessoas.

Já Livia Leal (2015) afirma a importância de tais programas no sentido de proporcionar visibilidade social para essas crianças e adolescentes, o que estimularia o pleno exercício da solidariedade e da cidadania. Ela sugere que o apadrinhamento pode ter um resultado ainda mais extremo na garantia da convivência familiar, ao defender a utilização do mesmo como instrumento facilitador da adoção homoafetiva. Segundo a autora, ainda há resistência de alguns magistrados em reconhecer a adoção por casais do mesmo sexo, assim a existência de uma relação afetiva prévia, através do apadrinhamento, poderia ser usada como argumento para justificar a adoção por esses casais como maior interesse da criança/adolescente.

Aline Zerbinatti e Verônica Kimmelmeier (2014), por sua vez, argumentam que o apadrinhamento afetivo é permeado por ambiguidades e contradições. As autoras entrevistaram padrinhos que demonstraram entendimento sobre as possibilidades e limites de seus vínculos; quando perguntados sobre seus desejos de adotar os afilhados, todos disseram não ter essa intenção por diversos fatores, circunscrevendo sua motivação em apadrinhar dentro das categorias: assistência, realização e condição. No mesmo sentido, Karollyne de Sousa e João Paravidini (2011) analisaram quatro entrevistas com madrinhas e o caso clínico de uma criança apadrinhada. Os autores observaram haver, em relação ao apadrinhamento, “exaltação da solidariedade, correlacionada a sentimentos como a bondade e o amor ao próximo, narcisismo exacerbado como tentativa de recuperar a onipotência perdida nos primórdios da existência, a sedução que perpassa a relação padrinho-criança institucionalizada, a ambivalência de

sentimentos” (Sousa & Paravidini, 2011, p. 537).

Neste artigo, seguimos um caminho diferente. As reflexões que aqui apresentaremos não estão embasadas em questionários ou entrevistas, mas na experiência de uma das autoras como membro da comissão responsável pela implementação do programa de apadrinhamento em Osasco, o Laços. Consideraremos como implementação um período que começou com a formação da Comissão de Implementação do Programa, incluiu o lançamento oficial do Laços, as reuniões de rede, a preparação das crianças e adolescentes, os encontros de capacitação e seleção dos candidatos a madrinhas e padrinhos e os primeiros seis meses de monitoramento e acompanhamento das relações iniciadas.

2 A Primeira Edição do Programa Laços

Osasco tem aproximadamente 700 mil habitantes, um dos maiores Produtos Internos Brutos (PIB) do Estado de São Paulo (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018) e tem sua área urbana conurbada com a cidade de São Paulo/SP, mantendo características de uma cidade de grande importância econômica e social. No ano de 2017, contava com cinco abrigos institucionais de administração direta e três conveniados à Prefeitura.

A Secretaria de Assistência Social de Osasco começou a realizar apadrinhamentos afetivos em 2016, com algumas crianças e adolescentes acolhidas em SAICAs de administração direta, de maneira pontual e sempre acordada entre as técnicas dos SAICAs e da VIJ. Então, a partir dos resultados dessas primeiras experiências, em 2017, o município decidiu implementar o referido programa de apadrinhamento afetivo. A implementação de um programa municipal tinha o objetivo de garantir um processo de seleção, capacitação e acompanhamento de maior qualidade e padronização entre os padrinhos de todos os SAICAs.

2.1 A Comissão de Implementação

Por ser a primeira edição do Programa, houve um processo licitatório que resultou na contratação de uma consultoria. Além das consultoras, a comissão responsável pela implementação do programa contou, também, com uma equipe de profissionais do município⁴. A Comissão batizou o projeto como Programa Laços – Apadrinhamento Afetivo e estabeleceu

⁴ Danielle Silva Bueno, Diretora do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Osasco (DPSE-SAS-PMO), Márcia Marciana Favorim, Supervisora do DPSE-SAS-PMO e as Técnicas de SAICA Valquíria De Conto (assistente social) e Andrielly Darcanchy (psicóloga).

os critérios para os candidatos a padrinhos.

2.2 Os Critérios para Apadrinhar

Após consultar algumas experiências existentes (Goulart & Paludo, 2014; Souza & Paravidini, 2011), optamos por realizar apadrinhamentos exclusivamente de pessoas físicas e com o único intuito de formarem vínculos afetivos. Era necessário residir em Osasco ou comprovar fácil acesso à cidade. Os candidatos não poderiam estar inscritos no então ativo CNA e, obviamente, era imprescindível ter disponibilidade afetiva e de tempo, mantendo, ao menos, encontros quinzenais com os afilhados⁵.

2.3 Lançamento do Programa

Em novembro de 2017, houve a apresentação oficial do Programa, contando com o prefeito, conselheiros tutelares, funcionários dos SAICAs, organizações parceiras e representantes do poder legislativo. Do poder judiciário, foi convidada a equipe da Vara de Infância e Juventude.

Foram apresentados dados gerais dos acolhimentos no município. Naquele momento, havia quatro SAICAs de administração direta da Prefeitura e três conveniados. No total havia aproximadamente 120 acolhidos, sendo a maioria adolescentes.

Também foi exibido um vídeo feito para a divulgação do Programa, com o objetivo de ilustrar as ideias que os acolhidos tinham sobre ele. O vídeo continha desenhos e falas das crianças e adolescentes respondendo a questões sobre a importância da relação com um adulto e suas expectativas em relação ao apadrinhamento. Nesse vídeo, os acolhidos relatavam que precisavam de um adulto para cuidados cotidianos e lazer, mas também para trocas afetivas, para se sentirem valorizados e para “não ser tratado como um objeto que pode ser trocado”, nas palavras de um adolescente. Eles relatavam ainda que considerariam os padrinhos como “uma segunda família” (sic.), uma família substituta, com a qual poderiam contar independentemente das dificuldades que passassem.

Após a cerimônia de lançamento do programa, iniciamos as primeiras formações. Elas foram realizadas entre dezembro de 2017 e março de 2018 e incluíram seis reuniões de rede (com técnicos dos SAICAs, dos CREAS e da VIJ), a preparação das crianças e adolescentes e

⁵ Os critérios para apadrinhar e ser apadrinhado estão melhor detalhados no anexo 1.

seis encontros com os candidatos a madrinhas e padrinhos, sendo um deles de caráter lúdico.

É importante ressaltar que todas essas atividades aconteceram simultaneamente, durante o mesmo intervalo de meses. Contudo, faremos uma divisão didática dentro dos eixos em que as atividades se concentraram: com os profissionais da rede, com os acolhidos e com os candidatos a madrinhas e padrinhos. Dessa forma, algumas atividades serão mencionadas mais de uma vez, enfocando o trabalho proposto dentro de cada eixo.

2.4 Reuniões de Rede e Preparação das Crianças e Adolescentes

Na **primeira reunião**, com diversos atores da rede de proteção, apresentamos os marcos legais e os resultados esperados: a criação de referências afetivas fora de instituições, a melhora na qualidade das relações interpessoais dos afilhados, o enriquecimento dos referenciais sociais e culturais e o suporte emocional oferecido na saída do acolhimento por maioria (Goulart & Paludo, 2014). Seguiram-se a essa, outras cinco reuniões de rede, nas quais decidimos coletivamente os detalhes da implementação, conforme relatado a seguir (anexo 2).

Na **segunda reunião**, acordamos os critérios para as crianças e adolescentes participarem do Programa: (1) ter mais de sete anos; (2) o apadrinhamento afetivo ser parte do Plano Individual de Atendimento (PIA); (3) estar acolhido há mais de oito meses – tempo acordado como mínimo necessário para a equipe técnica elaborar e avaliar o desenvolvimento do PIA; (4) previsão de longa permanência no SAICA; (5) manter poucas referências afetivas e/ou todas as referências serem institucionalizadas; (6) estar disposto a estabelecer novas relações.

Como, naquele momento, havia um SAICA que recebia somente crianças de zero a três anos sem irmãos – ou seja, que não atendiam aos critérios que acabávamos de estabelecer – decidimos que esse equipamento não participaria do Programa. Assim, foram incluídos apenas seis SAICAs, sendo três de administração direta e três conveniados.

Nessa reunião, também solicitamos que as equipes técnicas dos SAICAs fizessem organogramas com as referências afetivas dos acolhidos, qualificando a relação e a força do vínculo estabelecido. Esses organogramas continham o acolhido no centro e todas as pessoas e/ou instituições com as quais ele se relacionava, sendo que o traço indicativo da relação poderia ter características (ser uma linha reforçada, simples ou um tracejado) e cores diferentes, para indicar a intensidade da relação, se ela era conflituosa, entre outros adjetivos que a equipe achasse necessário ressaltar. Esse exercício foi utilizado principalmente para observar se as

relações estabelecidas por cada criança/adolescente eram prioritariamente vinculadas a uma instituição, principal critério utilizado para estabelecer quais crianças/adolescentes participariam dessa primeira edição, tendo em vista não haver candidatos a padrinhos para todos os que se enquadravam aos outros critérios.

Na **terceira reunião** de rede, discutimos coletivamente os casos levantados como prioritários e, assim, criamos uma lista daqueles que participariam dessa e da próxima edição do programa, de acordo com o número de candidatos a padrinhos. Pelas características dos acolhidos naquele momento, essa lista continha somente maiores de 11 anos que já estavam em acolhimento institucional havia mais de 6 anos, chegando a um caso que estava acolhido havia 14 anos.

Na **quarta reunião** de rede, orientamos as equipes técnicas a fazerem duas atividades de preparação de todos os acolhidos. Primeiramente, os técnicos de cada SAICA conduziram, no seu Serviço, uma roda de conversa com todos os integrantes (acolhidos e funcionários) para explicar o Programa, os critérios estabelecidos, quais crianças/adolescentes participariam daquela edição e por quê (anexo 3). As equipes relataram esse momento como uma oportunidade para observarem a solidariedade entre os acolhidos, pois eles foram gradativamente entendendo os critérios e passaram a compreender e concordar com nossa escolha de quem deveria participar daquela edição, em detrimento de seus próprios interesses em ter padrinhos afetivos rapidamente.

Em seguida, as equipes técnicas de cada SAICA realizaram atendimentos individuais com os participantes daquela edição para tirar dúvidas e confirmar seu interesse, ressaltando que o apadrinhamento envolvia um compromisso com responsabilidades recíprocas. Nesse momento, também foi solicitado que refletissem sobre como queriam se apresentar aos padrinhos. Essa proposta surgiu da observação de que as histórias dos acolhidos são muitas vezes expostas em demasia, fazendo com que nunca estejam em uma relação de maneira igualitária, podendo escolher o que contar e o que guardar pra si. Afinal, tal como afirma Maria Moreira (2014), apesar de repetirmos que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos “eles ainda são pouco escutados sobre a compreensão que têm de suas próprias trajetórias, sobre as suas escolhas e sobre as alternativas que propõem para seus problemas e dificuldades” (Moreira, 2014, p. 36). Thalita Poker (2017) completa, ao afirmar que a “criança institucionalizada por longos períodos é um dos sintomas de uma sociedade colonizada, cujas políticas de identidade infantojuvenis pressupõem que as crianças e os adolescentes deverão ter representantes; isso significa que, na maioria das situações, elas não podem se representar” (Poker, 2017, p. 8).

Com esse cuidado em mente, ainda nessa quarta reunião, decidimos fazer um encontro lúdico entre todos os candidatos a padrinhos e os acolhidos que poderiam ser apadrinhados. Afinal, esse momento descontraído é importante para facilitar a primeira experiência entre os participantes (Instituto Fazendo História, 2017). O encontro lúdico consistiu em uma gincana, incluindo diversos jogos e brincadeiras, além de um piquenique. Ele ocorreu em um parque, sem que houvesse predeterminação dos apadrinhamentos, pois aquele era um momento para que todos pudessem se conhecer – essa informação foi transmitida e reiterada aos acolhidos e aos pretendentes por diversas vezes, pois eles estavam ansiosos com a formação das duplas afilhados-padrinhos.

A **quinta reunião** ocorreu em seguida e, nela, discutimos as impressões que as crianças e os adolescentes expressaram às equipes. Além disso, também acordamos os detalhes dos próximos passos, que incluíam: uma visita domiciliar aos candidatos a padrinhos, para avaliar a receptividade da família expandida ao apadrinhamento; a confirmação do interesse daquela criança/adolescente em ter aquela pessoa como padrinho/madrinha; um atendimento individual aos candidatos a padrinhos, apresentando de maneira breve o possível afilhado (apenas características e preferências gerais, respeitando o acordo de deixar que a criança/adolescente se apresentasse e escolhesse se iria, quando e como contar sua história); e, por fim, os primeiros passeios individuais dos candidatos a padrinhos com as crianças e adolescentes que desejavam apadrinhar.

Na **sexta** e última reunião de rede, as equipes informaram como foram as visitas domiciliares, os atendimentos aos padrinhos e os primeiros passeios para os acolhidos.

2.5 Capacitação dos candidatos a madrinhas e padrinhos⁶

Do **primeiro encontro**, participaram 12 núcleos familiares com diferentes composições – casais heterossexuais com e sem filhos, casais homossexuais sem filhos, famílias monoparentais e pessoas solteiras. Desses núcleos, sete estavam dispostos a conhecer qualquer criança/adolescente. Três famílias haviam conhecido previamente alguma criança/adolescente e participavam do encontro com o interesse de iniciar um apadrinhamento específico com essa pessoa já conhecida. Outros dois núcleos já apadrinhavam e participaram para qualificar e/ou oficializar essa relação.

Realizamos uma rodada de apresentação em que cada um dizia resumidamente seu

⁶ O anexo 4 apresenta uma síntese das atividades de capacitação dos candidatos a madrinhas e padrinhos.

interesse em participar do Programa. Apareceram motivos variados, algumas famílias já tinham filhos de várias idades e outras não desejavam tê-los, mas todas compartilhavam o interesse em contribuir socialmente e estabelecer uma nova relação de cuidados e proteção – cabe apontar que tais motivos estão em consonância com os resultados de pesquisas anteriores sobre programas semelhantes (Sousa & Paravidini, 2011; Goulart & Paludo, 2014; Zerbinatti & Kimmelmeier, 2014).

No **segundo encontro**, abordamos as principais características dos antigos orfanatos e dos atuais serviços de acolhimento, promovendo a discussão sobre conceitos ainda presentes socialmente, como, por exemplo, o questionamento sobre os acolhidos terem ou não família ou a dúvida sobre as crianças poderem sair do serviço de acolhimento, pois a instituição algumas vezes é confundida com uma medida de restrição de liberdade para adolescentes em conflito com a lei. As famílias expuseram muitas de suas dúvidas e preconceitos, que puderam ser trabalhados durante a formação.

Por fim, lemos uma parábola de Walter Benjamin (1995) que conta a história de um rei e seu desejo por comer uma omelete de amoras exatamente igual a uma que comera na infância, sendo que, ao longo do texto, é explicado se tratar na verdade do desejo de reviver uma experiência com grande valor emocional. Essa parábola foi usada para ilustrar como as memórias afetivas são constitutivas das histórias de vida e das identidades.

Assim, o **terceiro encontro** foi dedicado às referências e memórias afetivas de cada participante. Notamos que todos se referiram exclusivamente a familiares com os quais mantinham laços consanguíneos, por isso aprofundamos a discussão sobre a possibilidade de estabelecer vínculos tão relevantes quanto aqueles com pessoas sem parentesco.

O **quarto encontro** foi o lúdico. É importante ressaltar que, ao longo dos encontros, o número de candidatos foi diminuindo, por motivos que serão explicados a seguir, mas até aquele momento havia seis famílias participando ativamente. Todas tinham confirmado presença no encontro lúdico, por isso levamos ao parque também as seis primeiras crianças/adolescentes determinadas nas reuniões de rede relatadas. Entretanto, um dos candidatos faltou e não conseguimos mais contato com ele. Portanto, compareceram ao encontro cinco núcleos familiares e seis acolhidos, além de uma das pessoas que já apadrinhava com a respectiva afilhada. O encontro durou cerca de 4h e, ao longo das atividades, foi possível observar quatro duplas (de padrinhos e afilhados) se aproximando, enquanto dois adolescentes apresentaram dificuldades para se relacionar com os candidatos.

Após o encontro lúdico, realizamos a reunião de rede já relatada, na qual os técnicos dos SAICAs informaram os desejos das crianças e dos adolescentes. Com esses dados da reunião de rede, no **quinto encontro** com os candidatos a madrinhas e padrinhos, ouvimos suas impressões, as quais, no geral, combinavam com as apontadas pelos acolhidos, dessa forma estabelecemos as cinco duplas possíveis.

Lembrando que houve uma adolescente que não pôde ser apadrinhada por causa de uma desistência repentina, três famílias se ofereceram para realizar encontros esporádicos com ela e, assim, ampliar seu círculo de convivência comunitária.

A partir de então, as equipes técnicas dos SAICAs deveriam realizar as visitas domiciliares e iniciar o apadrinhamento em si, com frequência quinzenal. Para garantir que já tivesse ocorrido ao menos um encontro individual com os afilhados, realizamos o último encontro pouco mais de um mês depois.

Nesse intervalo entre os encontros com os candidatos, uma das duplas se desfez. Ela era formada por um adolescente que apresentara dificuldades em se relacionar durante o encontro lúdico e, logo no primeiro passeio com o candidato a padrinho, a comunicação entre eles foi difícil. O candidato também afirmou ter percebido somente naquele momento que desejava adotar outro perfil de criança/adolescente, não apadrinhar, por isso pediu para encerrar sua participação no Programa. Conforme exposto acima, já havíamos acordado entre todos os participantes (candidatos a padrinhos e afilhados) que as possíveis desistências deveriam incluir uma última conversa de encerramento, para poderem ser rompimentos cuidados e não repentinos. Contudo, naquele momento, avaliamos que realizar outro encontro para despedida seria uma situação danosa para o adolescente, por se tratar apenas de um primeiro passeio, que durou menos de meia hora, e por especificidades daquelas pessoas – o candidato a padrinho demonstrou muita dificuldade em lidar com a situação, parecia sentir-se amedrontado por estar sozinho com o adolescente; e o adolescente voltou do encontro dizendo que a relação não teria continuidade e que preferia assim. Então realizamos atendimentos individuais com os dois e compreendemos que seria melhor encerrar o apadrinhamento somente com o adolescente.

Por último, o **sexto encontro** encerrou o ciclo de capacitação do Programa Laços, contando com quatro apadrinhamentos iniciados e dois continuados. Esse momento foi dedicado à discussão das impressões dos padrinhos em relação aos primeiros encontros com os afilhados. Em comum, todas as famílias relataram entusiasmo com o início da relação.

2.6 Acompanhamento das relações iniciadas

Conforme mencionado, consideramos os primeiros seis meses de convivência como parte do processo de implementação, pois estávamos realizando acompanhamentos constantes a fim de verificar a efetividade das ações realizadas até então. Os acompanhamentos envolviam trabalhos com os afilhados e com os padrinhos, divididos entre as equipes técnicas dos SAICAs e a Comissão, sendo necessária comunicação constante e organizada.

As equipes técnicas dos SAICAs realizavam atendimentos individuais com os afilhados e, em separado, com os padrinhos, sendo os resultados informados periodicamente à Comissão (anexo 5). Esses atendimentos tinham o objetivo de monitorar periodicamente como a relação estava se desenvolvendo no cotidiano.

Já à Comissão, cabiam encontros, com periodicidade bimestral, com todos os padrinhos. A proposta desses encontros era fornecer um momento para os padrinhos partilharem como estava sendo a experiência de apadrinhar uma criança/adolescente que residia havia muitos anos em um SAICA. Portanto, nesses encontros, eles podiam compartilhar de maneira mais geral como estavam sendo os contatos e dividir os sentimentos que esses encontros provocavam.

Dentre os quatro apadrinhamentos iniciados, dois resultaram em desistências, durante esses primeiros seis meses de convivência. Uma das desistências envolveu uma adolescente próxima do seu desacolhimento por maioria. A relação começou a apresentar dificuldades nos primeiros meses de convivência, a ponto de os padrinhos solicitarem o encerramento. Esse apadrinhamento foi estabelecido com uma adolescente de 16 anos pertencente a um grande grupo de irmãos com acolhimentos anteriores e uma história transgeracional de extrema vulnerabilidade social.

Antes do encontro lúdico, a adolescente havia sido selecionada para trabalhar como Jovem Aprendiz em um programa organizado pelo casal na empresa em que trabalhavam; então ela começou a trabalhar, chefiada pela madrinha, no mesmo período em que iniciou a relação. Poucas semanas após o início do trabalho, a madrinha disse que a jovem não estava se comportando adequadamente (usava vestes inadequadas e chegou a dormir em algumas atividades no horário de trabalho) e o apadrinhamento estava afetando o programa Jovem Aprendiz na empresa como um todo, pois os outros jovens entendiam que ela estava tendo um tratamento privilegiado. O casal de padrinhos expressou ainda que o acompanhamento técnico teria sido insuficiente para lidar com essas questões. Por isso, eles decidiram encerrar a relação sozinhos, recusando nossas indicações de realizar o encerramento na presença da equipe técnica

do SAICA ou da Comissão. Ademais, logo após o fim do apadrinhamento, eles também desligaram a adolescente do trabalho.

A outra desistência envolveu uma adolescente acolhida desde criança e com um transtorno mental em tratamento. Depois de alguns encontros, os padrinhos, que tinham dois filhos pequenos, pediram para encerrar o apadrinhamento por falta de tempo, questões de saúde na família e ciúmes por parte dos filhos. Da mesma forma, solicitamos que o encerramento fosse mediado pela Comissão e nos oferecemos para atendê-los a qualquer dia e horário (inclusive fora dos nossos horários de trabalho, à noite ou em algum final de semana), mas eles afirmaram total indisponibilidade. Por fim, eles tiveram uma última conversa rápida com a adolescente por telefone e a psicóloga que a tratava ficou responsável por retomar os significados daquele encerramento com a adolescente.

3 Discussão sobre os resultados da primeira edição do Programa Laços

Essa primeira experiência produziu não somente novas relações, novos vínculos, novos afetos. Mas produziu, também, desistências e frustrações, além da percepção de que era possível (e necessário) aperfeiçoar o Programa.

Conforme mencionado no tópico anterior, no primeiro encontro, havia 12 famílias (Quadro 1): sete dispostas a conhecer qualquer criança/adolescente, três desejavam iniciar uma relação específica e duas já apadrinhavam. As duas famílias que participaram do Programa para qualificar e oficializar seus apadrinhamentos concluíram os encontros e mantiveram as relações.

As três famílias que desejavam iniciar uma relação de apadrinhamento específica não concluíram o programa. Uma delas relatou, logo no primeiro encontro, que desejava adotar as adolescentes mencionadas e foi orientada a procurar a VIJ. A segunda família era composta pela professora da criança desejada, o casal tinha dois filhos menores de quatro anos e estava muito sensibilizado com a situação da criança acolhida, mas ao longo das formações, eles perceberam que, naquele momento, não conseguiriam assumir mais esse compromisso. A terceira família desistiu após o encontro em que discutimos preconceitos, pois percebeu que tinha muitos receios quanto às dificuldades que poderia vivenciar nesse tipo de relação.

Das outras sete famílias, uma delas engravidou durante o ciclo de encontros. Outra, conforme relatado, desistiu no dia do encontro lúdico, sem nos informar os motivos, nem retornar nossas diversas tentativas de contato. Uma terceira, desistiu após o primeiro passeio

sozinho com o adolescente, quando percebeu que queria adotar em vez de apadrinhar. Por fim, quatro apadrinhamentos foram iniciados.

Dentre esses quatro, dois foram encerrados por solicitação dos padrinhos, conforme descrito acima. Então, ao final do período que denominamos implementação, somente duas relações foram iniciadas pelo Programa e outras duas relações anteriores permaneceram.

Quadro 1 – Resultados da implementação do Programa Laços

Família	Interesse inicial	Desfecho	Momento	Motivo
1	Qualificar e oficializar apadrinhamento	Relação mantida	_____	_____
2	Qualificar e oficializar apadrinhamento	Relação mantida	_____	_____
3	Conhecer qualquer criança ou adolescente	Iniciaram relação	_____	_____
4	Conhecer qualquer criança ou adolescente	Iniciaram relação	_____	_____
5	Conhecer qualquer criança ou adolescente	Iniciaram relação e Desistência	No início da convivência	Dificuldades na relação
6	Conhecer qualquer criança ou adolescente	Iniciaram relação e Desistência	No início da convivência	Falta de tempo, questões de saúde e ciúmes
7	Conhecer qualquer criança ou adolescente	Desistência	Durante capacitação	Dificuldades na relação e desejo por adoção
8	Conhecer qualquer criança ou adolescente	Desistência	Durante capacitação	Gravidez
9	Conhecer qualquer criança ou adolescente	Desistência	Durante capacitação	Não justificado
10	Apadrinhamento específico	Desistência	Durante capacitação	Desejava adotar
11	Apadrinhamento específico	Desistência	Durante capacitação	Sem condições no momento familiar
12	Apadrinhamento específico	Desistência	Durante capacitação	Tinha receios

Portanto, percebemos que das doze famílias iniciais mais de 65% (oito) desistiu, por motivos diversos, durante as formações ou no início da convivência. O que mais chama a atenção é o fato de 25% do grupo inicial (três famílias dentre as doze iniciais) ter desistido por motivos que indicavam não terem seus projetos familiares concluídos - como o início de uma gravidez ou a decisão por adotar. Esse dado se destaca porque pode indicar como nossa sociedade enxerga essas crianças e adolescentes acolhidos e como se relaciona com eles, como aqueles com quem se pode assumir um compromisso e abandoná-lo sem grandes preocupações.

O fato de algumas dessas famílias desejarem adotar levanta a dúvida sobre os motivos que as levaram a procurar o apadrinhamento afetivo. Apoiadas na dissertação de mestrado de Karollyne de Sousa (2011), que reflete sobre o processo de apadrinhamento observando que ele envolve um “narcisismo exacerbado como tentativa de recuperar a onipotência perdida nos primórdios da existência” (Sousa, 2011, p. 7), é possível questionar se esse interesse estaria relacionado à intenção de utilizar o apadrinhamento como um "teste drive", uma experiência de convivência com uma criança ou adolescente acolhido sem o compromisso de filiação, sabendo que assim que quisessem adotar teriam plenas condições legais para isso. Se fosse esse o caso, será que só desistiram do apadrinhamento pela nossa insistência em explicitar o comprometimento necessário para iniciar aquela relação?

Provavelmente, nem os candidatos saberiam responder essas questões, pois é comum a situação do acolhimento levantar sentimentos ambíguos nos primeiros contatos. Sendo assim, é importante que a capacitação mobilize repetidas reflexões sobre as dimensões afetivas envolvidas no apadrinhamento, a fim de que os candidatos estejam seguros quanto ao desejo de iniciar a relação. Portanto, é fundamental contribuir na elucidação do interesse dessas famílias em participar do Programa e é esperado que haja um número de desistências.

Quanto às desistências que chegaram a envolver alguns contatos com os adolescentes (seja na aproximação ou no início da convivência), é importante refletir sobre alguns pontos. Nina Costa e Maria Rossetti-Ferreira (2009) afirmam que “a ameaça ou existência de rupturas afetivas anteriores parece criar enredamentos ou tramas que as pessoas em interação reeditam nas suas práticas dialógicas e discursivas, coconstruindo no momento atual, os problemas ou uma visão de desenvolvimento inadequado para essas crianças” (Costa & Rossetti-Ferreira, 2009, p. 116). Na mesma direção, Bruna Wendt, Luana Dullius e Débora Dell'Aglio (2017) realizaram uma pesquisa quantitativa sobre as imagens sociais atribuídas aos jovens em acolhimento institucional. Através da aplicação de questionário fechado em 224 pessoas de 18 a 71 anos, que tinham ou não contato com acolhidos, as autoras observaram que "as características negativas foram mais associadas aos jovens em acolhimento institucional" (Wendt, Delliuss & Dell'Aglio, 2017, p. 529), em comparação com os jovens cuidados por suas famílias. Essas informações demonstram obstáculos que permeiam o processo de apadrinhamento afetivo de adolescentes com perspectiva de longa permanência na instituição, como era o caso dos que participaram dessa edição do Programa.

Outro fator que pode ter contribuído para o alto número de desistências é o fato de haver “semelhanças do processo de apadrinhamento com o processo de adoção, no que diz respeito à

busca do filho ideal, que se estende à procura do padrinho ideal e do afilhado ideal” (Sousa & Paravidini, 2011, p.537). Ou seja, há afilhados que apresentam comportamentos que, aos olhos dos padrinhos, são vistos como inadequados (comportamentos agressivos, ou desafiadores), mas também é possível observar idealizações e baixa tolerância por parte de alguns padrinhos.

A partir dessa primeira experiência, uma lição importante que levamos para a segunda edição do Programa foi a realização de encontros lúdicos com menos acolhidos que candidatos a padrinhos, preferindo formar uma lista de espera dos adultos e não das crianças e adolescentes. Outra modificação baseada nessa experiência relatada foi a realização de dois encontros lúdicos, na segunda edição, que foi iniciada em 2018. Na segunda edição, fizemos o primeiro encontro lúdico totalmente livre, como em 2017, mas então, a partir das afinidades nele observadas, aliadas aos perfis dos acolhidos e dos candidatos, realizamos um segundo encontro lúdico em que indicamos aos adultos que se aproximassem mais de duas crianças/adolescentes que avaliávamos como combinações possíveis. É importante indicar que essa segunda edição contou com a consultoria do Instituto Fazendo História, sendo que muitas das alterações foram resultantes da nossa experiência combinada com as propostas daquela equipe.

Também ampliamos o acompanhamento das relações iniciadas nessa e na segunda edição. Incluímos encontros coletivos entre os afilhados, além de manter os atendimentos individuais, e os encontros dos padrinhos com a Comissão passaram a ter frequência mensal. Como resultados imediatos, observamos uma diminuição do percentual de desistências de candidatos durante a capacitação e eles relataram segurança e satisfação com o processo de formação das duplas de padrinhos-afilhados por terem tido dois encontros lúdicos. As mudanças no acompanhamento após início da convivência ainda estão sendo avaliadas, mas a maior parte dos padrinhos tem frequentado os encontros e aproveitado esse espaço de trocas de experiências. Por fim, planejamos continuar realizando edições anuais do Programa no município, com o intuito de ter padrinhos para todos os acolhidos que possam se beneficiar dessa relação.

Considerações finais

Notamos que, apesar de haver alguns estudos relativos às motivações que levam pessoas a apadrinhar e reflexões quanto aos sentimentos envolvidos nesse ato, os estudos sobre efeitos do apadrinhamento afetivo ainda estão em passo inicial, principalmente quanto à contribuição específica da Psicologia nesses processos. Da mesma forma, a efetividade dessa iniciativa na

garantia de convivência familiar e na diminuição dos impactos da institucionalização está em construção, necessitando de mais estudos sobre seus resultados.

Contudo, se faltam estudos que discutam as contribuições da Psicologia para esse programa específico, há uma ampla literatura que discorre sobre suas contribuições para as políticas públicas em geral ou, mais especificamente, para a política de Assistência Social. Para isso, partem de diferentes abordagens e posicionamentos políticos, bem como apresentam argumentos distintos. Apesar dessas diferenças, muitas(os) autoras(es) parecem concordar com a afirmação de que a entrada maciça da Psicologia no campo das políticas públicas trouxe à tona a necessidade de repensar suas práticas hegemônicas (Brigagão, Nascimento & Spink, 2011; Cordeiro, 2018; Yamamoto, 2007). Afinal, nesse campo, não há a presença do "setting tradicional", as demandas são outras, as possibilidades de intervenção são distintas. No caso específico da Assistência Social, a clínica tradicional, tão enfatizada pelos cursos de graduação, é inclusive proibida - documentos normativos do SUAS e referências técnicas do conselho de classe afirmam claramente que usuárias(os) que necessitam de atendimento clínico devem ser encaminhadas(os) para serviços de saúde (Conselho Federal de Psicologia, 2012, 2013). Mas o que fazem, então, as psicólogas e psicólogos que atuam nessa política pública? Ou melhor, como a Psicologia pode contribuir para sua implementação e execução?

Diversas(os) autoras(es) sustentam que nossa contribuição reside, sobretudo, na nossa capacidade de intervir em questões subjetivas e/ou intersubjetivas (Cordeiro, 2019). Além disso, "ressaltam a importância da interface entre os fatores psicológicos e sociais nas situações de risco e vulnerabilidade e destacam a necessidade de pensar a subjetividade sempre de forma contextualizada" (Cordeiro, 2019, pp. 170-171). Maria Lúcia Afonso e colaboradoras(es) (2012) chamam a nossa atenção para o fato de que fazer isso implica

criar condições sociais para o exercício da cidadania (promoção dos direitos socioassistenciais) bem como favorecer as condições subjetivas para o seu exercício (circular informação, fortalecer participação, desenvolver potencialidades, facilitar processos decisórios, dentre outros). Transformações sociais têm impacto sobre identidades sociais, relações e valores (Afonso et al., 2012, p. 197).

Nesse sentido, garantir o exercício da cidadania de crianças e adolescentes acolhidos não significa simplesmente oferecer um teto embaixo do qual eles podem dormir. Mas criar condições para que possam se desenvolver, aprender, ressignificar suas histórias, construir novos vínculos, afetar e ser afetado. E é justamente nesse ponto que os programas de apadrinhamento afetivo buscam intervir.

No entanto, cabe ressaltar que tal intervenção não acontece sem contradições.

Conforme exposto, o apadrinhamento visa garantir o direito à convivência familiar e comunitária, modificando o formato de relações que já se formavam entre acolhidos e adultos que não trabalham na instituição. Então, notamos que, apesar de ser um direito e, como tal, deve ser garantido pelo Estado, o apadrinhamento afetivo depende da disponibilidade de voluntários, os quais geralmente são motivados primeiramente por uma ideia de caridade.

É importante salientar que esse tipo de vínculo só pode se formar com pessoas que não têm sua relação mediada por uma questão trabalhista. O padrinho não poderia ser um profissional contratado para estabelecer uma relação diferenciada com o acolhido, pois o vínculo mais importante de um funcionário é com o trabalho, não com a criança/adolescente (Mariotto, 2009). Assim, vale lembrar que nossa Constituição Federal se destaca por propor a participação social e convocar a população a também se comprometer com a garantia de seus direitos, contribuindo ativamente para as políticas públicas. Sendo assim, o apadrinhamento efetiva a participação da sociedade na garantia de seus direitos, de maneira solidária.

Referências

- Afonso, Maria Lucia M.; Vieira-Silva, Marcos; Abade, Flávia L.; Abrante, Tatiane M., & Fadul, Fabiana M. (2012). A psicologia no Sistema Único de Assistência Social. *Pesquisa e Práticas Psicossociais*, 7(2), 189-200.
- Alberto, Maria F. P.; Freire, Mayara L.; Leite, Fernanda M., & Gouveia, Charlene N. N. A. (2014). In I. F. Oliveira & O. Yamamoto (Orgs.), *Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate* (p. 127-174). Belém: Editora da Universidade Federal do Pará.
- Baptista, Rachel, & Zamora, Maria H. (2016). É possível profissionalizar as famílias acolhedoras no Brasil? *Polêm!ca*, 16(2), 14-28. <https://doi.org/10.12957/polemica.2016.22906>
- Benjamin, Walter. (1995). Rua de mão única. In W. Benjamin, *Obras escolhidas II* (5a ed., p. 219-220). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Brasil. (1993). *Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993*. Lei Orgânica da Assistência Social. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm
- Brasil. (2004). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Recuperado de <https://www.>

- mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Brasil. (2005). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH SUAS*. Recuperado de www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-RH.pdf
- Brasil. (2006). *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf
- Brasil. (2009). *Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm
- Brasil. (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Recuperado de http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf
- Brasil. (2014). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – Reimpressão 2014*. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf
- Brasil. (2016). *Lei nº 18.032 de 8 de dezembro de 2016*. Recuperado de https://www.saocarlosocial.com.br/diariooficial/001/DO_14122016_YT6GBQ.pdf
- Brasil. (2017). *Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm
- Brigação, Jacqueline; Nascimento, Vanda L. V., & Spink, Peter, K. (2011). As interfaces entre Psicologia e políticas públicas e a configuração de novos espaços de atuação. *REU*, 37(1), 199-215.
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). *Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Recuperado de <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/10/Atua%C3%A7%C3%A3o-das-Psic%C3%B3logas-em-Programas-de-Medidas-Socioeducativas-em-Meio-Aberto.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Recuperado de http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/03/CREPOP_CREAS_.pdf
- Cordeiro, Mariana P. (2018). A Psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 166-183.
- Cordeiro, Mariana P.; Svartman, Bernardo, & Souza, Laura V. (Orgs.). (2018). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Psicologia/USP.
- Goulart, Juliana S., & Paludo, Simone S. (2014). Apadrinhamento Afetivo: Construindo Laços de Afeto e Proteção. *Psico*, 45(1), 35-44.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018) *Panorama Osasco IBGE*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/osasco/panorama>

- Instituto Fazendo História. (2017). *Apadrinhamento Afetivo: guia de implementação e gestão*. Recuperado de https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/59ca3630f7e0ab63a2a35c43/1506424421295/Apadrinhamento+guia_web.pdf
- Jusbrasil. (2016). Página 10 da Administrativo do Diário de Justiça do Estado de São Paulo (DJSP) de 9 de maio de 2016 – PROVIMENTO CG Nº 36/2014. Recuperado de <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/115289951/djsp-administrativo-09-05-2016-pg-10>
- Leal, Livia T. (2015). O Programa de Apadrinhamento como Instrumento Facilitador da Adoção Homoafetiva. *Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro*, 18(68). Recuperado de http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista68/revista68_126.pdf
- Mariotto, Rosa M. M. (2009). *Cuidar, educar e prevenir: as funções da creche na subjetividade de bebês*. São Paulo: Escuta.
- Moreira, Maria I. C. (2014). Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. *Psicologia & Sociedade*, 26(n/e-2), 28-37. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000600004>
- Nascimento, Débora C. M., & Malveira, Jamille S. (2017). Apadrinhamento Afetivo: alternativa para garantia dos direitos das crianças e adolescentes acolhidos em Ananindeua-PA. *Revista CEJ*, 21(72), 41-53.
- Nascimento, Maria L. (2012). Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. *Psicologia & Sociedade*, 24(n/e), 39-44. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000400007&lng=pt&tlng=pt
- Poker, Thalita C. D. (2017). Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada. *Psicologia & Sociedade*, 29. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i171345>
- Rizzini, Irene; Rizzini, Irma; Naiff, Luciene, & Batista, Rachel. (Orgs.). (2007). *Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Siqueira, Aline C., & Dell'Aglio, Débora D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>
- Sousa, Karollyne K., & Paravidini, João L. L. (2011). Vínculos entre crianças em situação de acolhimento institucional e visitantes da instituição. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(3), 536-553. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000300008>
- Spink, Peter. (2018). Psicologia e Políticas Públicas. In M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. V. Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. (p. 13-31). São Paulo: Psicologia/USP.
- Wendt, Bruna; Dullius, Luana, & Dell'Aglio, Débora D. (2017). Imagens Sociais sobre Jovens em Acolhimento Institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 529-541.

<https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703004012016>

Yamamoto, Oswaldo H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 30-37. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005>

Zerbinatti, A. G., & Kemmelmeier, V. S. (2014). Padrinhos afetivos: da motivação à vivência. *Revista Psicologia e Saúde*, 6 (2), 85-95. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000200011&lng=pt&tlng=pt

Anexos

Anexo 1: Características gerais do Programa Laços

Tipo de Apadrinhamento: exclusivo com pessoas físicas, com o objetivo de formar vínculos afetivos entre padrinhos e afilhados
Critérios para apadrinhar: Residir em Osasco ou comprovar fácil acesso à cidade; Não estar inscritos no Cadastro Nacional de Adoção; Ter disponibilidade afetiva e de tempo; Manter encontros presenciais com o afilhado ao menos duas vezes por mês.
Critérios para ser apadrinhado: Ter mais de sete anos; O apadrinhamento afetivo deve ser parte do Plano Individual de Atendimento (PIA); Estar acolhido há mais de oito meses – tempo acordado como mínimo necessário para a equipe técnica elaborar e avaliar o desenvolvimento do PIA; Ter previsão de longa permanência no SAICA; Manter poucas referências afetivas ou todas serem institucionalizadas; Estar disposto a estabelecer novas relações.

Anexo 2: Reuniões de Rede – com técnicos dos SAICAs, dos CREAS e da VIJ

	Objetivos	Resultados
1 ^a	Apresentar os marcos legais e os resultados esperados do Programa	Maior conhecimento e disponibilidade para participação dos profissionais envolvidos com o acolhimento em diferentes dimensões
2 ^a	Estabelecer os critérios para os acolhidos participarem do Programa	Criação de consenso entre os profissionais sobre as especificidades do programa
3 ^a	Decidir quais crianças e adolescentes participarão daquela edição	Análise da rede de relações de cada acolhido e estabelecimento de prioridade de casos para a participação
4 ^a	Orientação das equipes técnicas dos SAICAs sobre a preparação de todos os acolhidos para o programa e dos participantes daquela edição para o encontro lúdico	Estabelecimento de um roteiro com temas a serem abordados em uma roda de conversa com todos os acolhidos e um atendimento individual com os participantes daquela edição
5 ^a	Elencar as impressões das crianças e adolescentes quanto aos candidatos a	Apresentação dos relatos dos acolhidos sobre o encontro lúdico e seus candidatos

	padrinhos, a fim de combiná-las com as impressões dos adultos, e acertar os próximos passos da aproximação com as equipes técnicas dos SAICAs	preferidos; além do acordo de que as equipes de cada SAICA realizariam: visita domiciliar; confirmação do interesse do acolhido; atendimentos individuais; e os primeiros encontros das duplas
6ª	Acompanhar o desenvolvimento da aproximação acordada na reunião anterior	Apresentação das visitas domiciliares, dos atendimentos aos padrinhos e das primeiras saídas com os acolhidos

Anexo 3: Preparação das Crianças e Adolescentes – realizadas em cada SAICA

	Presentes	Objetivos	Resultados
Rodas de Conversa	Todos os acolhidos e funcionários de cada abrigo	Explicar etapas e critérios do Programa e quais acolhidos participariam daquela edição	Observação da compreensão e solidariedade entre os acolhidos e capacitação dos demais funcionários do SAICA
Atendimentos individuais antes do encontro lúdico	Apenas os acolhidos participantes da edição	Confirmar interesse na criação de uma nova relação	Promoção da implicação dos acolhidos em participar, pois passaram a entender seu protagonismo
Encontro lúdico	Apenas os acolhidos participantes da edição	Promover a aproximação entre candidatos e acolhidos	Alguns acolhidos participaram das atividades e outros não
Atendimentos individuais após o encontro lúdico	Apenas os acolhidos participantes da edição	Levantar como estava a interação com os candidatos e a aproximação	Levantamento de dados importantes para avaliar a continuidade das aproximações

Anexo 4: Encontros com candidatos a madrinhas e padrinhos

	Objetivos	Resultados
1º	Apresentação dos candidatos e de seus interesses em participar	Início da formação do grupo
2º	Diferenciar orfanatos de SAICAs e refletir sobre conceitos associados aos acolhidos	Promoção de reflexões sobre a realidade dos acolhimentos com os quais teriam contato
3º	Refletir sobre as referências e memórias afetivas dos candidatos	Todos se referiram a familiares, por isso discutimos a possibilidade de estabelecer vínculos relevantes com pessoas sem parentesco
4º	Encontro lúdico	Todos os candidatos a padrinhos estavam bastante participativos
5º	Ouvir suas impressões sobre o encontro lúdico	Levantamento de informações para realizar a combinação das duplas de padrinhos e afilhados
6º	Acompanhar os primeiros encontros sozinhos com os afilhados e as expectativas	Encerramento da capacitação e observação de que todos estavam animados com o início da convivência

Anexo 5: Acompanhamento

Com afilhados	Atendimentos individuais com as equipes de cada SAICA e encontros coletivos dos afilhados
Com padrinhos	Contatos semanais dos técnicos dos SAICAs com os padrinhos e encontros bimestrais dos padrinhos com a Comissão do Programa